

Para reduzir dívida, governo mantém devolução de R\$ 70 bi do BNDES este ano

Por Ribamar Oliveira | De Brasília



Dyogo Oliveira, do BNDES: a revisão do cronograma chegou a ser cogitada.

Mesmo sem precisar mais dos recursos para cumprir a chamada "regra de ouro" neste ano, o governo não vai alterar o cronograma acertado com a diretoria do BNDES para que o banco devolva antecipadamente, ainda neste semestre, mais R\$ 70 bilhões dos empréstimos que recebeu do Tesouro Nacional, informou fonte credenciada do governo.

A razão para isso é que o governo precisa da devolução do dinheiro para manter a dívida bruta do setor público na trajetória projetada, explicou a fonte. Os R\$ 70 bilhões a serem devolvidos pelo BNDES representam um ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) e serão fundamentais para que a dívida bruta na comparação com o PIB não cresça muito.

Este momento é particularmente delicado porque a trajetória da dívida está sendo impactada pelo custo das

operações de swap, que o Banco Central está sendo obrigado a realizar para evitar movimentos especulativos no mercado de câmbio. Com o dólar em alta contínua, o BC vem acumulando prejuízos com as operações de swaps, que são cobertos com a colocação de títulos públicos no mercado, aumentando, assim, a dívida.

Até agora, a alta do dólar teve impacto relativamente contido. Em meados de junho, as operações do BC com derivativos resultaram em prejuízo de cerca de R\$ 10 bilhões, de acordo com os dados disponíveis. Mas é impossível saber aonde a cotação da moeda americana vai parar.

Além disso, a recuperação da economia brasileira está mais lenta do que se imaginava inicialmente. O governo chegou a trabalhar com crescimento de 3% do PIB neste ano, mas o BC reduziu de 2,6% para 1,6% a estimativa para a expansão da economia em 2018. Se o PIB é menor, a relação dívida/ PIB tende a piorar.

No relatório sobre o seu resultado em maio, divulgado na semana passada, o Tesouro estimou que ainda havia necessidade de R\$ 102,9 bilhões para cumprir a "regra de ouro" neste ano. O lucro patrimonial do BC e os ganhos obtidos com operações cambiais

serão mais do que suficientes para cobrir esse "buraco".

Até 22 de junho, o último dado disponível, o lucro patrimonial BC e o ganho obtido com as operações cambiais somavam R\$ 140,3 bilhões. Nesta semana, a autoridade monetária deverá divulgar a posição final do mês, mas os especialistas não acreditam que ficará abaixo deste valor, pois o dólar continuou subindo depois do dia 22.

Como as reservas internacionais são contabilizadas em reais, toda vez que o dólar sobe frente à moeda brasileira, o valor das reservas também aumenta. A diferença para mais é contabilizada diariamente como ganho, que é meramente contábil, pois não houve venda efetiva de moeda estrangeira. Ao fim de cada semestre, se houve "ganho", ele é transferido em dinheiro ao Tesouro. Se houve "prejuízo", ou seja, se o real se valorizou frente ao dólar, o Tesouro emite títulos no mesmo valor e os repassa ao BC.

Os recursos transferidos pelo BC engordam a conta única do Tesouro, que pode usá-los para pagar a dívida, evitando, assim, emissão de novos títulos públicos. Ao reduzir a necessidade do Tesouro de emitir títulos, os recursos do BC ajudam a cumprir a "regra de ouro".

A Constituição determina que as operações de crédito da União não





podem superar o montante das despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida). Esse princípio foi chamado de "regra de ouro". O objetivo da regra é evitar que o governo se endivide para cobrir gastos correntes.

O problema é que a transferência do resultado do BC ao Tesouro não ajuda a reduzir a dívida bruta do setor público, embora seja determinante para o cumprimento da "regra de ouro" deste ano. O indicador da dívida bruta considera apenas os passivos do governo federal, Estados e municípios, além do estoque das operações compromissadas (a Conta Única e os títulos livres na carteira do BC não fazem parte da abrangência).

Já a devolução antecipada dos empréstimos pelo BNDES ajuda a reduzir a dívida bruta, pois significa que haverá o cancelamento de um débito do Tesouro com o mercado. O dinheiro devolvido é enviado para a conta única do Tesouro e evita que o governo emita novos títulos. O montante dos recursos que não forem utilizados neste ano, poderão ser usados pelo governo no próximo ano para cumprir a "regra de ouro".

Na manhã de ontem, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, chegou a dizer que em virtude da desvalorização cambial, o Tesouro talvez não precisasse desses recursos este ano para fim de cumprimento da "regra de ouro". "Estamos aguardando o Tesouro para definir se a preferência para devolução é neste ano, mais para o fim do ano ou no início de 2019", disse Dyogo. (Colaboraram Carla Araújo e Andrea Jubé, de Brasília)

O último baile da ilha fiscal

Por Cristiano Romero

O governo do presidente Michel Temer acabou de fato no dia 17 de maio do ano passado, quando, a serviço do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS, gravou diálogo embaraçoso, contendo trechos impróprios para uma conversa com o chefe da Nação. Ao contrário dos prognósticos iniciais, Temer conseguiu se manter no cargo, mas o episódio jamais foi superado e, por isso, seu governo, cuja força no primeiro ano de gestão foi aprovar medidas importantes no Congresso Nacional, ficou praticamente paralisado desde então.

Nada mais relevante - para o país superar a mais grave crise fiscal de sua história - passou no parlamento e, o pior, os oportunistas de sempre aproveitaram o vácuo político para assaltar o Tesouro. O clima de último baile da ilha fiscal, como ficou conhecida a festa cheia de pompa promovida pela monarquia em 9 de novembro de 1889, a apenas seis dias do golpe militar que a apeou do poder e proclamou a República, se estende a integrantes do Poder de Judiciário, que, igualmente movidos pelo enfraquecimento político do presidente, têm tomado decisões de caráter populista, sem nenhuma preocupação com a situação fiscal - como a do TST em favor de empregados da Petrobras, numa conta estimada em R\$ 17 bilhões, e as do ministro Ricardo

Lewandovski, do STF, impedindo a venda de estatais sem autorização prévia do Congresso, sendo que já existe lei regulando o tema desde a década de 1990.

*Nervosismo do mercado
decorre do fim do "pacto"*

Temer assumiu o comando do país há pouco mais de dois anos, em meio a uma das mais agudas crises política e econômica da história do Brasil. Quando era vice-presidente, já rompido com a então presidente Dilma Rousseff, lançou o documento "Ponte para o Futuro", um conjunto bem arrazoado de propostas para modernizar a economia. Parte de sua versão da "Carta aos Brasileiros" - documento que Lula lançou na corrida presidencial de 2002 com o objetivo de acalmar os mercados - foi cumprida e isso ajudou a economia a sair de três longos anos de recessão, caracterizada por encolhimento de quase 8% do PIB e de 10% da renda per capita, além de inflação de dois dígitos, explosão da dívida pública e o desemprego de 14,2 milhões de brasileiros.

O presidente conseguiu aprovar a criação do teto de gastos, mudança feita na Constituição para impedir o crescimento real (acima da inflação) das despesas da União durante 20 anos, medida de difícil cumprimento, mas absolutamente necessária diante

do descalabro fiscal em que se encontram as contas do setor público. Além disso, passou alterações importantes no marco regulatório do petróleo - decisão que está fazendo o setor renascer, depois de dez anos de paralisia; aprovou a reforma trabalhista, cujos aperfeiçoamentos negociados com centrais sindicais e parlamentares não vingaram porque a medida provisória elaborada para essa missão caducou já na fase de enfraquecimento do governo no Congresso; e propôs a reforma da Previdência, projeto mais importante da agenda fiscal do país e que também não foi votado pelos parlamentares porque o Palácio do Planalto perdeu o controle sobre sua base de apoio no Legislativo.

A experiência mostra que não há ideologia no parlamento brasileiro - os políticos com convicções ideológicas são poucos. Os presidentes que perceberam isso - Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) - aprovaram propostas aparentemente impopulares, como o fim dos monopólios estatais e a primeira reforma da Previdência do setor público. Ambos consagraram o chamado "presidencialismo de coalizão", que, além de funcionar como uma espécie de "frente anti-impeachment", ajuda a aprovar mudanças legais muitas vezes rejeitadas por aliados históricos do presidente. A contrapartida é a entrega de nacos do poder a





parlamentares - e, claro, de agradados nada republicanos.

FHC e Lula também sofreram derrotas no Congresso, mas muito mais por cochilo de seus articuladores políticos do que por resistência programática dos partidos. Já Dilma Rousseff acreditava que seu problema com Eduardo Cunha, o então presidente da Câmara que tirou da gaveta o processo de impeachment contra a ex-presidente, era de natureza ideológica...

Em sua análise, FHC vai além: para ele, não há no Brasil nem direita nem esquerda, dignas da definição feita pelo pensador italiano Norberto Bobbio. Sendo assim, o Congresso aprova o que o Chefe do Executivo, eleito pelo voto popular, quer. A tendência da maioria esmagadora dos congressistas é apoiar o governo porque só assim terá a chance de fazer algo por sua cidade e, em última instância, por seu Estado, crucial para o projeto de qualquer político profissional, que é reeleger-se a cada quatro anos.

Como no presidencialismo o presidente tem muita força, com vontade política, liderança e capital político obtido por dezenas de milhões de votos, ele faz maioria no Congresso e aprova com razoável facilidade projetos tidos como impopulares por grupos apoiados por corporações do funcionalismo e

por lobistas que defendem interesses específicos, muitos deles mantidos por grandes empresas, inclusive, multinacionais.

Temer iniciou seu governo aprovando medidas desse tipo, como o teto de gastos, que passou no Congresso sem maiores turbulências. A desenvoltura fez o mercado conceder ao governo o benefício da dúvida. Qual era o pacto? Mesmo com a União incorrendo em sucessivos déficits primários (conceito do resultado fiscal que não inclui a despesa com juros) desde 2014, obrigando o Tesouro a se financiar de maneira insustentável, as condições financeiras - os mercados de taxa de juros e câmbio e a bolsa de valores - melhorariam. Essa melhora era crucial para viabilizar a retomada da economia, que veio em 2017 e 2018, mas numa velocidade muito lenta.

O que se vê agora nos mercados, que andam nervosos, é, além dos reflexos da elevação dos juros nos Estados Unidos, um pouco da quebra desse pacto porque a parte mais importante do "acordo" não foi cumprida: a aprovação da reforma da Previdência.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E - m a i l :
cristiano.romero@valor.com.br

Debêntures de infraestrutura passam de R\$ 10 bi em 2018

Por Silvia Rosa | De São Paulo

As emissões de debêntures incentivadas de infraestrutura já alcançam R\$ 10,5 bilhões em 2018, maior volume para um ano desde que foram feitas as primeiras operações, em 2012, no âmbito da Lei 12.431, que regula o instrumento. O total supera ainda os R\$ 9,083 bilhões levantados ao longo de 2017. Somente na semana passada, a Engie Brasil Energia captou R\$ 1,8 bilhão e a Taesa, R\$ 525 milhões. E há pelo menos mais R\$ 515 milhões em ofertas em andamento.

O crescimento do mercado é sustentado pela retomada do interesse dos investidores pessoas físicas; pela mudança da política de investimento do BNDES, que destinará R\$ 5 bilhões para fundos de infraestrutura; e pelo crescimento da carteira de projetos de infraestrutura. A demanda dos investidores cresceu como reflexo do aumento das taxas pagas pelos títulos públicos atrelados ao IPCA (NTN-B), de prazos mais longos, que servem de referência para o retorno oferecido por essas debêntures.

Do total captado neste ano, até maio, R\$ 6,3 bilhões (60%) foram destinados para projetos novos de infraestrutura e o restante, para o investimento de empresas já em

operação. O setor de energia respondeu por 69% desse volume, segundo dados do Ministério da Fazenda. "Temos algo em torno de dez transações que devem sair neste ano, que somam mais R\$ 3 bilhões, muito concentradas no setor de energia", afirma Guilherme Silveira, superintendente-executivo da área de mercado de capitais de dívida do Santander.

Há um total de 466 projetos com portarias já aprovadas aguardando emissão de debêntures via Lei 12.431, cujos investimentos somam R\$ 241,678 bilhões.

Com a maior procura por parte dos investidores, o custo de emissão dos papéis também caiu. Neste ano, até maio, a taxa de juros média paga nas emissões de debêntures incentivadas de infraestrutura estava em 6% mais a variação do IPCA, abaixo dos 6,9% mais o índice de preços registrados no mesmo período de 2017.

A substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), em 6,6% ao ano, pela TLP (Taxa de Longo Prazo), que em junho estava em 7,04%, em contratos de financiamento de projetos de infraestrutura pelo BNDES tornou as captações de recursos via mercado de capitais mais competitivas em relação ao banco de desenvolvimento.

O último Relatório Trimestral de Inflação do Banco Central aponta que a redução das dívidas das empresas junto ao BNDES está mais associada à convergência de custos de financiamento nos mercados de capitais e externo em relação aos empréstimos do banco de fomento, após a recente redução de subsídios, do que propriamente com a insuficiência de demanda por recursos.

O Banco do Brasil estima um total de R\$ 1,5 trilhão em projetos de infraestrutura para ir a mercado nos próximos anos. "As debêntures de infraestrutura devem responder por cerca de 20% do financiamento", diz Luiz de Lima Giacomini, gerente-executivo do BB na diretoria de mercado de capitais, responsável pela área de financiamento de projetos.

Somente os 20 lotes do leilão de transmissão de energia ocorrido na semana passada contemplam investimentos de R\$ 6 bilhões. "O mercado de capitais está mais competitivo e devemos ver empresas que ganharam leilões recentemente ou fizeram aquisições buscarem o mercado para captar recursos via debêntures", afirma Felipe Wilberg, diretor de mercado de capitais de dívida do Itaú BBA.

A Entrevias, concessionária de rodovias criada em 2017 pelo Pátria Investimentos para administrar o lote





de rodovias do Centro-Oeste Paulista, emitiu em março R\$ 1 bilhão em debêntures incentivadas pelo prazo de 13 anos. A operação saiu com um custo de 7,75% ao ano mais IPCA. "Esse projeto foi inteiramente financiado via mercado de capitais", diz Fernanda Peres Arraes, gerente-executiva do BB na diretoria de mercado de capitais, responsável pela área de renda fixa.

Outro fator que contribuiu para alavancar o volume de debêntures de infraestrutura foi a maior demanda por parte de investidores institucionais, como gestores de recursos, que viram nos títulos de dívida privada uma alternativa de elevar o retorno diante da queda do juro. A criação de novos fundos de debêntures de infraestrutura também deve incentivar esse mercado. Só o BNDES anunciou que vai destinar R\$ 5 bilhões para essas carteiras, que tinham patrimônio de R\$ 4,7 bilhões em maio.

Só a Vinci Partners tem R\$ 500 milhões num fundo de energia renovável que tem o BNDES como cotista, para investir em debêntures de projetos de setores como geração de energia eólica, hidrelétrica, solar e de linhas de transmissão. "Estimamos que nos próximos 12 a 18 meses devem vir a mercado cerca de R\$ 2 bilhões em emissões de debêntures desses setores", diz Marcello Almeida, sócio da Vinci.

Já o BNP Paribas está em fase

de captação de um fundo de recebíveis (FIDC) para compra de debêntures de infraestrutura no valor total de R\$ 375 milhões.

A mudança na regulamentação dos fundos de pensão, que ampliou o limite de investimento em debêntures de infraestrutura de 15% para 20% das carteiras, é outro fator que deve dar novo impulso a esse mercado daqui para frente. Hoje, a participação desses investidores nas ofertas é tímida, já que as taxas das NTN-Bs estão próximas da meta atuarial dos fundos.

O aumento das taxas das NTN-Bs, no entanto, ajudou a elevar a demanda por debêntures de infraestrutura por parte das pessoas físicas (isentas do pagamento de Imposto de Renda), já que servem de referência para o rendimento desses papéis. "Os investidores pessoas físicas vinham preferindo ficar em papéis atrelados ao CDI, e agora, com o aumento da taxa das NTN-Bs, voltaram a se interessar por essas debêntures", afirma Rafael Quintas, sócio e chefe de distribuição de mercado de capitais da XP Investimentos.

A emissão de R\$ 1,8 bilhão da Engie, por exemplo, destinada para as usinas hidrelétricas de Jaguará e Miranda, teve uma demanda de quase duas vezes o valor da oferta. Com isso, as taxas dos papéis saíram abaixo do teto previsto nas duas séries, com um prêmio de 0,75% sobre as NTN-B nas tranches atreladas ao IPCA.

O prazo médio das emissões também tem se alongado: chegou a 11,9 anos neste ano, até maio, ante 8,8 anos registrado no mesmo período do ano passado.

Daniel Vaz, chefe do mercado de capitais de renda fixa e project finance do BTG Pactual, acredita que as emissões de debêntures devem continuar fortes neste ano, com as empresas em busca de financiamento para seus projetos de infraestrutura. O banco trabalha em diversas operações, inclusive uma de R\$ 220 milhões de um projeto de energia solar, que deve ter prazo de 16 anos e garantia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Como a maior parte das emissões tem saído via Instrução 476, que limita a oferta a 50 investidores, o que tem acontecido é que as tesourarias dos bancos têm ficado com esses papéis para depois repassá-los para clientes - com isso, a participação das pessoas físicas nas ofertas realizadas neste ano, até maio, caiu para 10,9%, ante 27,1% no mesmo período de 2017. "Oferecemos para os clientes do private banking a chance de comprar o papel no mercado secundário, e também podemos recomprar esses papéis para dar liquidez para os investidores", diz Wilberg, do Itaú BBA. No entanto, dificilmente os clientes conseguem comprar o papel no secundário com a mesma taxa da oferta.

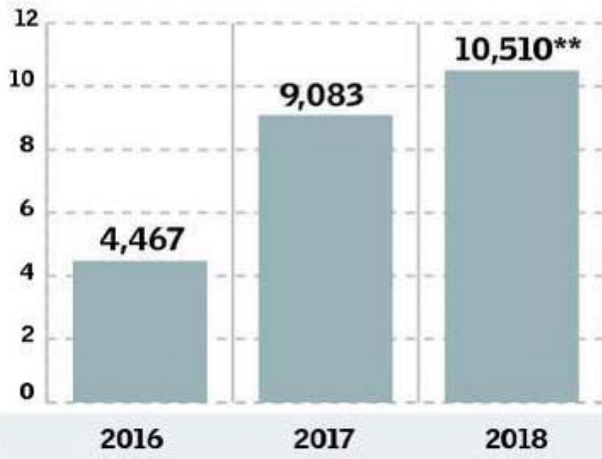




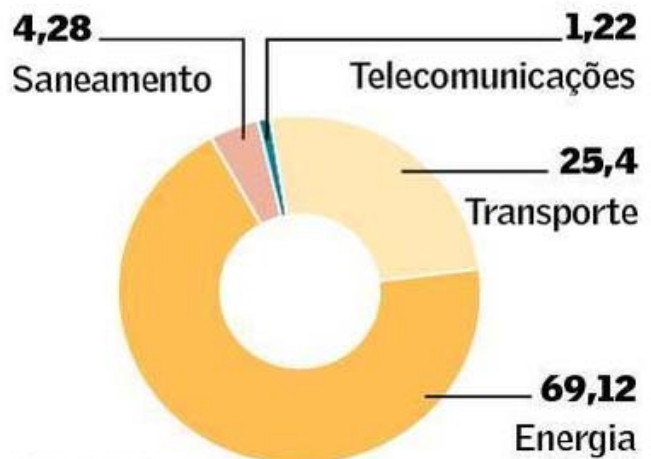
Financiamento à infraestrutura

Emissões de projetos aprovados

■ Volume emitido de debêntures de infraestrutura - R\$ bilhões *



■ Volume de debêntures incentivadas por setor em 2018



Fonte: Anbima, Portarias Ministeriais e mercado * Considera as emissões do Art 1º e Art 2º.

** Até 3 de julho e inclui oferta da Engie Brasil Energia e Taesa

Nova regra permite remanejamento obrigatório de 1 milhão de servidores

Mudanças estão previstas em portaria que foi elaborada pelo Ministério do Planejamento

Lais Alegretti

Brasília- Com a promessa de que vai atacar feudos ineficientes na administração pública e racionalizar a gestão de pessoal, o Ministério do Planejamento publica nesta quarta-feira (4) uma portaria com regras que permitem a realocação obrigatória de pessoal e tira o poder de veto dos órgãos à mudanças. Na prática, dá mais poder ao Planejamento. A medida tem potencial para atingir 1,18 milhão de servidores federais.

Pelas regras atuais, o funcionário público muda de local de trabalho quando tem proposta para assumir cargo comissionado, e a transferência depende de anuência do órgão original.

O novo texto prevê que órgãos da administração direta, como os ministérios, e empresas que dependem de repasses do Tesouro

Nacional, como a EBC (Empresa Brasil de Comunicação) e Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), não terão poder de veto às transferências determinadas pelo Planejamento.

Empresas que pela estrutura jurídica são autônomas em relação ao Tesouro, como o Banco do Brasil, têm tratamento diferente. Será necessária a concordância para liberar o funcionário e também haverá ressarcimento da remuneração à empresa.

Nessa categoria, porém, também se enquadram estatais como a Infraero. juridicamente, ela é autônoma, mas vem recebendo ajuda financeira da União.

Os remanejamentos, de acordo com o governo, serão feitos caso a caso, mediante uma justificativa, que pode ser "necessidade ou interesse público" ou "motivos de ordem técnica ou operacional".

O ministro substituto do

Planejamento e secretário-executivo da pasta, Gleisson Rubin, disse à Folha que os servidores serão deslocados para atuar nas mesmas áreas em que estão lotados no órgão de origem. Terão, ainda, os mesmos benefícios.

"A portaria prevê que a pessoa seja movimentada com todos os direitos e vantagens, como se no efetivo exercício do cargo estivesse no seu órgão de origem", disse.

Essa é uma forma, segundo Rubin, de não ocorrer o chamado desvio de função: "Muito antes de se pensar numa requisição compulsória, a ideia é o inverso: é identificar servidores que tenham interesse de migrar."

Caberá ao secretário de gestão de pessoas promover a movimentação por meio de portaria publicada no Diário Oficial. A medida vale apenas para os servidores civis. Não afeta os militares.

O Planejamento estima que a





maior parte das migrações de servidores ocorrerá nas chamadas áreas meio, que existem em diversos órgãos, como recursos humanos, gestão orçamentária, tecnologia da informação, área jurídica. Ainda nesta semana o governo lançará o banco de talentos, que é uma plataforma para que os servidores disponibilizem seus currículos para os órgãos governamentais.

A facilitação do remanejamento de servidores vai ajudar o Planejamento a criar uma nova área para fazer a gestão centralizada da folha de 697 mil inativos — ou seja, aposentados e pensionistas.

Hoje há 21 mil funcionários, em mais de 200 órgãos, para cuidar de ativos e inativos.

A intenção, segundo Rubin, é liberar cerca de 9.500 funcionários até 2020 — que devem ser realocados. São pessoas que, nas palavras dele, hoje fazem "gestão de papel".

Isso será possível, segundo ele, com o processo de digitalização de 1 milhão de pastas com dados de funcionários.

O governo prevê um investimento de R\$ 67 milhões. Esse é o valor de referência da licitação, prevista para agosto.

Hoje, segundo o Planejamento, um servidor do governo leva um média de 45 minutos para localizar uma pasta com dado de servidor.

Após a digitalização, um servidor da área de recursos humanos vai deixar de gerir, em média, 65 pessoas e passará a cuidar de 600 mil cadastros.

Foi encaminhado à Casa Civil o decreto que cria a central de gestão da folha dos inativos, vinculada ao Ministério do Planejamento.

Rubin prevê resistência de órgãos que deixarão de ter poder de veto na movimentação de servidores e

aponta que é necessária uma conscientização sobre o papel dos funcionários públicos.

"Estamos lembrando que ele é servidor do órgão, sim, mas é servidor do estado. A necessidade do estado se sobrepõe à necessidade específica do órgão", afirmou.

O governo hoje tem dificuldade de gerir as 300 carreiras existentes.

"A pulverização da força de trabalho em uma grande quantidade de órgãos, cargos e carreiras faz com que você não consiga aproveitar força de trabalho", disse Rubin. "A administração é dinâmica, órgão deixa de ter sentido e atribuições deixam de existir."

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou em entrevista à Folha que a situação da máquina administrativa "não está gerenciável" e que o tema é "briga de cachorro grande".





Quem é afetado pela nova medida

1,18 milhão
de servidores federais

DE MANEIRA COMPULSÓRIA

679 mil
servidores do Executivo
federal, administração
direta e indireta, como
ministérios, Ipea e IBGE

75 mil
funcionários de estatais
dependentes do Tesouro,
como EBC, Conab e EPL

SOB CONSULTA DE SUPERIORES

428 mil
funcionários de estatais
não dependentes, como
Banco do Brasil, BNDES,
Infraero e Petrobras

CONJUNTURA »**Planejamento quer centralizar gestão**

» VERABATISTA

O Ministério do Planejamento vai centralizar todos os serviços de gestão de aposentadorias e pensões. Um decreto com novas regras para o Sistema de Pessoal Civil (Sipec) será publicado no Diário Oficial da União (DOU). O objetivo, de acordo com o órgão, é proporcionar ganhos de produtividade, de eficiência e de escala nos processos, além de permitir melhor programação do orçamento. Atualmente, aproximadamente 20 mil servidores trabalham especificamente nessa área em 1,1 mil unidades de pagamento no país.

“A centralização vai permitir a padronização dos processos, redução do retrabalho e otimização dos recursos públicos. Com este projeto, os órgãos poderão direcionar seus servidores para atuar nas áreas finalísticas, melhorando assim o atendimento à população”, explicou Augusto Chiba, secretário de gestão de Pessoas do MP. A transferência dos dados e a migração das estruturas organizacionais não serão imediatas. Os órgãos vão prestar apoio técnico e operacional ao Planejamento até a completa

transferência dos serviços e das atividades.

De acordo com Painel Estatístico de Pessoal (PEP), destacou o Planejamento, existem atualmente no Poder Executivo 400.067 aposentados, 240.445 pensionistas e 635.731 servidores ativos. O público desse projeto, portanto, é de 640.512 pessoas, quantidade maior do que os que estão trabalhando. Para a tarefa, o ministério não informou quantos servidores serão transferidos e quantos vão para as áreas finalísticas, com potencial de ocupar funções vagas e suprir as necessidades de concurso público. Especificou, apenas, possibilidade de “redução do quantitativo necessário em unidades de gestão”.

O funcionalismo, por outro lado, vê a centralização com reservas. Para Roberto Piscitelli, professor da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em finanças públicas, o assunto não é novo. A cada governo, “há uma tentativa de ampliação de poder”, sem debate ou avaliação dos que efetivamente fazem a máquina andar. “O servidor, em geral, não gosta de centralização, porque as relações com a administração ficam embaraçadas e perdem a agilidade.”

Antagonismos fiscais: entraves ao crescimento

ARNALDO LIMA

Economista, é analista técnico de políticas sociais. Foi assessor especial e diretor de assuntos fiscais no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e secretário-adjunto de política econômica no Ministério da Fazenda

Nosso arcabouço jurídico-normativo, alicerçado na Constituição Federal, e nossa baixa educação financeiro-orçamentária, a exemplo do apoio maciço à última greve dos caminhoneiros, explicitam nossos antagonismos fiscais. Somos progressistas na concessão de benefícios sociais e gastos tributários e liberais no pagamento de impostos para fazer frente a essas despesas e renúncias de receita.

Somos antagônicos nos nossos desejos: 1) queremos redução dos juros pelo Banco Central, mas não defendemos ações para obter superavit fiscal; 2) desejamos mais recursos para a saúde e educação, mas não admitimos uma reforma da Previdência que propicie mais dinheiro para aquelas áreas; 3) exigimos esforço fiscal dos entes subnacionais, mas toleramos a criação de municípios que colaborarão para mais dispêndio; 4) defendemos políticas sociais mais focalizadas, mas refutamos a progressividade no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF),

especialmente nos estratos de renda mais elevados; 5) reclamamos da carga tributária e da dívida bruta, mas demandamos mais subsídios creditícios e financeiros. Não temos responsabilidade fiscal de longo prazo, e a consequência desses antagonismos é que experimentamos curtos ciclos de crescimento econômico.

Historicamente, sempre fizemos os ajustes fiscais preponderantemente por meio do aumento da carga tributária, pois, politicamente, preferiu-se brigar com “toda a sociedade” por um curto espaço de tempo do que enfrentar, separadamente, grupos de interesses específicos por todo o tempo. Esse é requisito básico para a implantação de uma regra fiscal com controle de despesas, pois se enfrenta a máxima do corporativismo: o meu é direito; o dos outros, privilégio.

Assim, a carga tributária aumentou de 23,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1991 (piso histórico) para 32,4% em 2016, alcançando um nível incompatível com nosso nível de desenvolvimento. A tributação média de uma seleção de 180 países é de 23,6% do PIB, sendo que, na América do Sul, é de 20,9%, de acordo com a Heritage Foundation.

Como dizia Abraham Lincoln: “Pode-se enganar a todos por algum tempo; pode-se enganar alguns por

todo o tempo; mas não se pode enganar a todos todo o tempo.” Infelizmente, resolvemos nos enganar por muito tempo e acabamos não sendo efetivos na redução da desigualdade. Alocamos cerca de 70% dos recursos orçamentários em políticas sociais, mas aumentamos a participação dos tributos indiretos na arrecadação total, o que acabou reduzindo os efeitos benéficos dos gastos sociais. No Brasil, a tributação sobre bens e serviços representa quase metade da arrecadação total, enquanto que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é cerca de um terço.

Por seu lado, os mais ricos têm mais acesso ao Estado e conseguem “portas de saída” para fugir legalmente da tributação, como pode ser observado pelo Relatório sobre a Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira do Ministério da Fazenda. A alíquota efetiva do IRPF sobre a renda tributável e isenta da faixa com renda superior a 160 salários mínimos foi reduzida de 4,4% para 3,3% entre 2007 e 2013 enquanto que a alíquota efetiva no estrato de até 20 salários mínimos foi na direção oposta, subindo de 3,1% para 4,1%.

Não há dúvida de que há espaço para simplificarmos nosso sistema tributário, melhorar a equidade da nossa carga e avaliarmos continuamente o gasto tributário (R\$





283,4 bilhões em 2018), mas é equivocada a tese de que o ajuste fiscal deveria ser feito somente pelo lado da receita. Temos de reduzir a taxa de crescimento das despesas primárias, que aumentaram nos últimos 20 anos, independentemente do ciclo econômico ou político, saindo de 14%, em 1997, para 19,5% do PIB em 2017.

Nenhum país se desenvolveu prescindindo de equilíbrio fiscal, condição necessária, mas insuficiente para alcançarmos o desenvolvimento econômico e social que tanto almejamos. Em outras palavras, existem vários modelos de desenvolvimento, mas, sem dúvida nenhuma, o pior é não ter um, que parece ser nosso caso atualmente.

Impõe-se que o próximo presidente seja igual ao craque Didi na Copa de 1958. Diante do placar negativo, pegou a bola no fundo da rede, colocou-a debaixo do braço e caminhou calmamente na direção do meio do campo, seguro de que reverteria o cenário adverso, pois conhecia o potencial de nossa Seleção. É imprescindível pararmos de nos dividir. Temos de nos unir em prol de uma estratégia nacional que eleve a renda per capita e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da nossa sociedade, até porque o ajuste fiscal nunca é um fim em si mesmo. Juntos, formamos um time campeão.